

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO

09 a 11 de dezembro de 2019

FFLCH – USP, SÃO PAULO

**GT 01: ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO**

**UMA ANÁLISE DA CATEGORIA JUVENTUDES E SEUS
DESDOBRAMENTOS: ALGUNS TÓPICOS PARA REFLETIR A RESPEITO
DOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

Franceline Priscila Gusmão

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Estadual de Londrina e
Professora de Sociologia da rede pública paranaense,
com lotação em Londrina-PR.
gusmaof@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desta comunicação é discutir as condições sociais dos jovens privados de liberdade, tendo como base as interações sociais vivenciadas por eles fora da instituição socioeducativa. Em razão da fragilidade da garantia de direitos, as dinâmicas sociais destes jovens são descontínuas aos estatutos e entremeadas por imensos conflitos, dentre os quais a participação no “mundo do crime”. Em vista disso, esta proposta parte de uma pesquisa qualitativa, por amparar-se nos sentidos construídos pelos sujeitos a respeito da realidade que os cercam, na tentativa analítica de estabelecer relações entre as suas narrativas e as posições sociais que ocupam perante às questões de gênero, local de moradia, étnico-raciais, estrato socioeconômico, etc. Considera-se que apreender os interlocutores sob a acepção “adolescente em conflito com a lei” recai em abordagens normativas que se distanciam das dinâmicas sociais vivenciadas por estes jovens e de suas condições sociais. Para isso, é de grande importância o distanciamento do “conflito com a lei” e a maior aproximação do pesquisador com a categoria juventudes a fim de apreender as interações e dinâmicas diárias vivenciadas por estes jovens, permeadas por estigmas, violências, exclusão, mas também, por expectativas. Esta comunicação amparou-se nos dados coletados em uma pesquisa de campo realizada na cidade de Londrina (cidade com aproximadamente 506.000 habitantes - IBGE, 2010), no ano de 2017, no Centro de Socioeducação (CENSE I), cujo intuito foi levantar dados para a dissertação de mestrado da autora. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os jovens internos, do sexo masculino, de 15-17 anos de idade, os quais cumpriam medidas socioeducativas por roubo e tráfico de drogas.

Palavras-chave: juventudes; “mundo do crime”; interações sociais; condições sociais

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta comunicação é discutir as condições sociais dos jovens privados de liberdade, tendo como base as interações sociais vivenciadas por eles fora da instituição socioeducativa. A partir disso, a tentativa é de costurar alguns conteúdos que aparecem nas falas dos interlocutores, cuja intenção é a de contribuir com o debate metodológico e com outras pesquisas que seguem este campo de estudo.

Os tópicos aqui levantados tiveram como base uma pesquisa qualitativa realizada na cidade de Londrina (com aproximadamente 506.000 habitantes - IBGE, 2010), no ano de 2017, no Centro de Socioeducação (CENSE I), cujo intuito foi levantar dados para a dissertação de mestrado da autora. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os jovens internos, do sexo masculino, de 15-17 anos de idade, os quais cumpriam medidas socioeducativas por roubo e tráfico de drogas. A pesquisa buscou investigar o modo pelo qual os interlocutores construíam sentidos de confiança, de obediência e das regras do que denominavam como o “certo” no “mundo do crime”, tendo como base as interações sociais deles. É importante ressaltar que se utiliza as aspas ao se dirigir ao “mundo do crime” pelo fato de apreende-lo como uma categoria nativa e tal categoria ser delineada como uma instância normativa e de sociabilidade, sobretudo no debate que contorna as ciências sociais (FELTRAN, 2009; MACHADO DA SILVA, 2004).

Este é um ponto importante a destacar, no que diz respeito à relação estabelecida entre pesquisadora e pesquisado, visto que os jovens não foram abordados sob o ponto de vista daquele que pesquisa. Sob as inquietações de como os jovens fundamentam os sentidos em relação ao “mundo do crime”, a pesquisadora precisou se colocar em uma posição de *outsider* em busca de compreender um universo desconhecido por meio da voz dos próprios nativos (BECKER, 2008).

Se utilizando deste posicionamento, através da busca de compreensão de como o outro pensa em relação ao mundo, as aproximações e empatia puderam ser estabelecidas entre o pesquisador e interlocutor. Partindo desse universo empírico, se estabeleceu o diálogo com a literatura brasileira que aborda o “mundo do crime” como uma instância normativa, uma vez que as

regras circulantes não são as mesmas das normativas legais. Além disso, para que exista a aquiescência do jovem, faz-se necessário que o participante percorra por um processo de formação que contribui para incorporar as práticas deste tipo de sociabilidade. Para o espanto daqueles que estão fora deste contexto, é difícil a compreensão. Mas somente com o distanciamento dos pré-julgamentos e da aproximação com o interlocutor que é possível apreender as percepções dele em torno de uma realidade.

Seguindo este caminho, na tentativa de acessar os sentidos construídos pelos sujeitos em relação ao “mundo do crime”, outras esferas sociais foram aparecendo em suas falas, o que levou à reflexão de que o “mundo do crime” faz fronteira com estas esferas (FELTRAN, 2009). Os interlocutores ao falar de “crime” falavam também de escola, da família, da condição socio-econômica, dos problemas da circulação no espaço urbano, das questões relacionadas ao mundo do trabalho e as situações que lhes afetavam, relacionadas às pressões sociais do que é o papel de “ser homem” na sociedade, sob um ponto de vista hegemônico.

Nas dimensões destas fronteiras surge a necessidade do distanciamento da pesquisadora do “conflito com a lei” (aquele que cometeu um ato infracional e está em um processo de “recuperação”, de “reintegração” social para voltar a estar em “harmonia” com a lei) e a maior aproximação com o jovem e suas tramas, dilemas e condições. Nesse sentido, a categoria juventudes é de fundamental importância para trabalhar com as questões que envolvem os jovens em privação de liberdade ou em situações de riscos, ao fazerem parte de sociabilidades violentas.

A necessidade de trabalhar com a categoria juventudes surgiu porque a pesquisadora tinha em mãos categorias muito naturalizadas a respeito dos interlocutores, engessadas, como: a idade, sexo, ato infracional, região da cidade, etc. Subjacente a estas categorias estão as construções sociais, que alude às reflexões em torno das juventudes as quais abarcam segmentos juvenis muito diversos, dentre eles os interlocutores desta pesquisa, os quais encontravam-se em um processo de significação da posição do “eu” diante do “mundo”. Os jovens sempre são abordados como indivíduos em transição, perspectiva voltada mais para o “vir a ser” com o entendimento de que o jovem ainda não “é”, anulando as suas experiências diárias (DAYRELL, 2003), situação

tal que pode resultar em experiências de “proibição de ser” (DAYRELL, 2003) frente as contradições que estes jovens se encontram.

Um tópico a ser considerado é a questão da idade, a qual ao ser abordada como construção social atua como o fio condutor para tratar das questões que envolvem as juventudes em privação de liberdade e em situação de riscos. Em vista disso, a escolha da idade de 15-17 anos se deu pelo fato desta ser a faixa etária na qual majoritariamente os jovens estavam cumprindo medida socioeducativa por roubo e tráfico de drogas, sendo estes os atos infracionais que os jovens mais eram apreendidos.

Entretanto, o estudo não poderia ser desenvolvido sob a restrição das faixas etárias, no sentido de encaixá-las aos estatutos e desenvolver uma argumentação normativa em torno da adolescência e dos percalços dos interlocutores como “desvios” ou “desviantes”. Faz-se necessário a compreensão de que, por trás das faixas etárias existem dinâmicas sociais que são descontínuas aos estatutos (LYRA, 2013). Por meio do tema das juventudes, é possível discutir que os jovens de um modo geral, categorizados nesta faixa etária, se diferenciam e estão imersos por desigualdades, visto que moram em lugares diferentes na cidade com equipamentos e infraestruturas desiguais; para alguns os estudos aparecem como algo importante, para outros o incentivo é precário, devido a vários aspectos que envolvem a discussão das desigualdades e a posição dos sujeitos frente a estes aspectos. Daí surgem elementos que envolvem questões étnico-raciais, de segmentação urbana e espacial, de aspectos socioeconômicos, de gênero, que interferem na vida juvenil.

Pimenta (2014) por meio dos conceitos de “embaralhamento” e “prolongamento” problematiza os percursos juvenis de acordo com as crises vivenciadas pela sociedade atual e a necessidade de reconhecer a impossibilidade de tratar estes percursos como unidirecionais. O “prolongamento” diz respeito aqueles que passam por longos períodos nos bancos escolares, prolongam a estadia na casa dos pais, casando e tendo filhos tardiamente (ou nem se casam e nem têm filhos), devido aos processos de insegurança que a sociedade contemporânea enfrenta, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho. Por outro lado, devido a estes mesmos problemas e ao processo de crises por meio dos quais atravessam a sociedade contemporânea, outros jovens convivem com uma vida mais flexível,

trabalhando desde cedo, abandonando os bancos escolares, e, em alguns casos, voltando posteriormente aos bancos escolares em busca de melhor qualificação; a inserção em empregos temporários; saem da casa dos pais precocemente; sendo que alguns problemas interferem em seus percursos particulares, tornando a vida destas pessoas “embaralhada”. Diante do exposto, tanto em relação ao “prolongamento” quanto em relação ao “embaralhamento” não é possível estabelecer vias unidirecionais na construção dos papéis sociais das juventudes.

Os jovens desta pesquisa se encaixam na dinâmica do “embaralhamento”. Os seus relatos são marcados por situações conturbadas de abandono da família; abandono dos bancos escolares; necessidade de trabalhar desde cedo; inserção em ambientes com violências, seja na escola, na rua, na família. Alguns, devido ao distanciamento da família, já revelaram a experiência de residir sozinho, com casa equipada e com companheira. Por isso, para falar dos interlocutores não há possibilidade de abordá-los sob a lógica normativa de trajetórias unidirecionais, como se todos os indivíduos tivessem um percurso a ser seguido desconsiderando as situações nas quais encontram-se entremeados e as suas experiências nessas situações.

A necessidade de compor com a renda da família era uma das justificativas para estar no “crime” ou para aquisição de produtos da moda. Por outro lado, existiam em suas narrativas a forte confiança em relação aos parceiros com os quais mantinham contato, revelando todo o processo de experiência para se inserir neste tipo de sociabilidade. As falas também revelam as segmentações da cidade e os sentidos construídos em torno do território de moradia. Além disso, o sexo masculino como categoria naturalizada guarda construções sociais, as quais revelam a necessidade de se discutir a categoria gênero, buscando saber quais as condições e pressões sociais envolvidas na construção do papel de ser “homem” tendo em vista o alcance da “hegemonia masculina” (KIMMEL, 1998; CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013), de acordo com a percepção dos interlocutores.

Algo que chamou a atenção nas entrevistas foi a pressão sentida pelos jovens em relação à autonomia, independência e a necessidade de segurança e proteção física, características relacionadas à masculinidade hegemônica que é notável já na infância. A depender do contexto socioeconômico, esta construção

de masculinidade pode resultar em diversas características. A masculinidade hegemônica simboliza o homem branco, rico, forte e heterossexual (KIMMEL, 1998). Em torno dela estão existentes as masculinidades subalternas, as quais não se encaixam nesse padrão. Isso não significa que os homens que não se encaixam nesse padrão sejam opositores às regras da sociedade patriarcal. Muitos homens visam o alcance da hegemonia. Dentre estes, estão alguns segmentos juvenis, e, dentre estes segmentos, os interlocutores desta pesquisa. Portanto, algo diferencia estes jovens dos outros, trata-se da inserção no mercado criminal em busca de não somente suprir desejos materiais e de poder ser provedor, mas as necessidades de reconhecimento e de proteção, e, por fim, o alcance da “masculinidade hegemônica”.

Longe dos estatutos oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a construção do “ser homem” e os sentidos em torno da independência e autonomia são baseados em uma “negociação pública” (LYRA, 2014), as quais revelam dinâmicas descontínuas ao que versam os estatutos e que denunciam a fragilidade de direitos. Primeiramente, a prova de ser homem é colocada desde brincar de carrinho até ser valente e forte na escola, por exemplo. Posteriormente, a independência financeira já é cobrada, precocemente, sendo o trabalho infantil louvado em detrimento do incentivo escolar. Em outras palavras, desde tenra idade escutam que é necessário trabalhar para se ter dignidade. Este processo de construção do jovem é marcado, portanto, por negociações diante das quais ganham aos poucos reconhecimento social de que está se tornando “homem” e deixando de ser “moleque”.

Porém, com a pesquisa apreendeu-se uma outra esfera social que se faz também presente na vida de alguns jovens, que é o “mundo do crime”, a depender das experiências e contatos sociais que eles mantêm nesse processo. Isso significa que nas falas dos interlocutores foi muito comum as perspectivas que o “crime” incentiva, traz proteção, que o tráfico, principalmente, significa trabalho para os sujeitos, valoriza a inteligência dos sujeitos, muitas vezes negadas nos bancos escolares ou pela própria família.

Como aporte teórico, este estudo se fundamentou no interacionismo simbólico cujo foco leva-se em consideração as situações nas quais os sujeitos estão inseridos e o modo pelo qual dotam de significados as suas experiências

frente a estas situações (THOMAS, 2001; BLUMER, 1980; GOFFMAN, 1975; 2017). Por esse ângulo, embora estejam em situações que não dependem de suas vontades individuais, as quais são marcadas por violências, riscos, estigmas, exclusão, seguindo um processo de “proibição de ser”, nesta pesquisa serão vistos como capazes de construir significados, avaliações, justificativas, frente às situações que se encontram entremeados (DAYRELL, 2003). Portanto, o modo pelo qual os jovens significavam as interações com a escola, família, trabalho e “crime”, pode ser pensado por meio de contextos mais amplos. Para manter o anonimato dos sujeitos, os seus nomes serão alterados por letras do alfabeto. Os participantes serão denominados de B, C, G, J e L.

2. ENTRE AS CIRCULAÇÕES PELO “CRIME”, FAMÍLIA, ESCOLA E OS SIGNIFICADOS EM TORNO DO TRABALHO

Para trabalhar com a categorias juventudes, é importante ter em mente a variabilidade dos jovens lidar com esse processo que envolve as mudanças psicossociais e a relação com suas posições sociais (DAYRELL, 2003).

Por meio das experiências compartilhadas pelos sujeitos da pesquisa, compreendeu-se não ser possível discutir as esferas sociais do “crime”, família, escola e os significados em torno do trabalho de maneira particularizada, uma vez que elas se entrecruzam. Em torno destas experiências estão subjacentes as discussões das categorias gênero, “raça”, território de moradia, condição socioeconômica, sendo assim alocadas às problematizações da categoria juventudes (DAYRELL, 2003), as quais são importantes para a definição do *self* dos participantes. O *self*, de acordo com o interacionismo simbólico, diz respeito ao modo pelo qual o “eu” se percebe diante do “mundo” (BLUMER, 1980; GOFFMAN, 1975; 2017).

Os interlocutores para falar de “crime” falavam também de escola, da família, das discriminações raciais e de condição socio-econômica, dos problemas da circulação no espaço urbano, das questões relacionadas ao mundo do trabalho e as situações que lhes afetavam, relacionadas às questões de gênero que contornam às pressões sociais do que é o “ser homem” na sociedade.

Um primeiro tópico a considerar é que, quando questionados sobre a inserção no “crime” demonstram não ser de uma hora para outra, mas como parte de processos, semelhantes aos já evidenciados nos estudos de Lyra (2013). As experiências vivenciadas com os colegas de infância dentro do bairro contaram como importantes para a inserção dos sujeitos no mercado criminal.

“A maioria das pessoa fala que nas comunidade não é bom criar jovem, esses negócio” (SUJEITO L).

“Parece que já é do meu convívio, né. É uma coisa que já começô a fazê parte de mim, né. O mundo do crime é assim né” (SUJEITO B).

Os interlocutores evidenciam a incorporação da “sujeição criminal” (MISSE, 2014), sendo muito comum explicarem que esta inserção é como se fosse “natural”, “normal”, ou seja, incorporaram para si os estigmas direcionados à eles por aqueles que estão fora destes contextos (moradores de outros locais da cidade, a mídia, polícia, etc), seguindo os equívocos explicativos a respeito da potencialidade criminal direcionadas a determinados grupos (moradores de determinados bairros) ou tipos sociais (jovens, negros, etc).

A “comunidade” narrada pelo jovem trata-se de um espaço majoritariamente de pessoas afrodescendentes, que guarda a história do processo de migração de pais e avós originários da região nordeste e do Estado de Minas Gerais em busca de melhores condições de vida, tendo em vista as propagandas “desenvolvimentistas” que nortearam a cidade de Londrina, sobretudo no período de 1940-1980 (PANTA, 2014; SILVA, 2014). Em contraponto, estes migrantes passam a ocupar as bordas da cidade e servindo a um trabalho cansativo e braçal. Além disso, negros e indígenas são apagados das origens e história da cidade, sobressaindo-se a valorização da cultura europeia (SILVA, 2014). A acepção “comunidade” já evidencia a identidade territorial do interlocutor L, mas também denuncia a segmentação urbana que recorta a cidade de Londrina, sendo a “comunidade” a representação de um lugar estigmatizado, que equivocadamente marca os moradores frente ao espaço urbano.

Em outros momentos, os sujeitos retrataram a dificuldade de circular pelo espaço urbano, devido ao preço da passagem do transporte público ou por serem encarados, seguidos, dentro dos shopping centers, nas ruas do centro da

cidade, por seguranças das lojas, policiais, levando a situações de isolamento social (KAZTMAN, 2001). Problemas que podem ser estendidos para muitos jovens pertencentes às periferias urbanas que têm dificuldades de acesso à cidade e seus equipamentos.

Ao falarem das dinâmicas do “crime” e ao aparecer as dinâmicas do espaço urbano, mencionam também as percepções e experiências em torno da escola. Trata-se de um espaço fundamental para que reflitam sobre a posição que ocupam no mundo. Muitos conflitos existentes na rua se refletem para dentro da escola, sendo a inserção no “crime” um intermédio para ganhar proteção e, assim, no campo escolar, o jovem conseguir respeito frente aos seus inimigos e amigos, conforme explica L, a seguir. Por outro lado, o fato de um jovem morador da periferia estudar em escolas centrais, também levam às marcações sociais e o olhar da separação espacial do “eu” e “eles”, mesmo que as condições socioeconômicas possam se aproximar. Aqueles que não se encaixam nos estilos que os interlocutores gostam ou se identificam, são vistos como “playboys”, conforme o depoimento de G:

Você estudou até qual série?

G: Eu estudei até o 6º. Estudei no [colégio da região central]. Daí eu fui expulso de lá.

Por que você foi expulso?

G: Ah eu faltava demais, faltava um monte. Daí eles num quis mais aceitar eu. Faltava bastante. Aprontava. Brigava direto com os piá. Os boyzinho, eles é forgado. Eles quer pagar de metidinho, rapaiz, pá. Eu brigava com os boyzinho.

Explique-me o que eles faziam?

G: Ah sei lá, eles ficava muito cheio de graça. E nós pulava no soco com os boyzinho. [...] Eu num gosto de boyzinho não. Eles acha que porque nós é da favela, nós num tem condição de trocar uma ideia com eles. Pá, o bagulho é se desfazendo de nós. Chega perto e já faz cara de nojo, rapaiz. O bagulho acha que nós é pá, rapaiz. Tira nós pra algum bicho, algum bagulho pá, rapaiz. Se desfaz. O bagulho já ficava bravo, vixe.

L: eu não gostava muito daquela escola, por causa do povo de lá, né. Das molecada, porque eu brigava demais com os piá, né.

O que eles faziam?

L: Ah, nós não se dava muito bem, né. Tinha uns piá que era mais pá, que era mais grande, aí queria forgar comigo que era mais pequeno, né. Daí eu já não conseguia ficar se rebaixando pros outro, né. Daí eles acha que é mais grande, aí ia querer forgar, daí eu já saí pra forgar com eles também.

E, assim, por que exatamente vocês brigavam?

L: Tinha uns piá lá que eu tinha treta lá da rua já.

A treta da rua era exatamente sobre o quê?

L: Por tudo. Qualquer coisa nós tretava. Por causa de pipa, burquinha, esses negócio aí sabe. [risos]. Nós ficava brigando. Daí os que era mais grande queria forgar comigo. Daí pra você não se rebaixar, acabava brigando. Se defendia, né.

A escola enquanto espaço público é um local fundamental para a descoberta das identidades e da posição que os sujeitos ocupam na vida social, pois ela representa uma amplitude de relações por guardar a diversidade. Na escola, os estudantes possuem identidades e é por meio delas que apresentam a posição deles no mundo. São aspectos que configuram o “quem é você?” e “de onde você vem?” No caso da maioria dos entrevistados, suas famílias recebiam em média um salário mínimo; em maioria eram negros; moradores das periferias pobres da cidade. No caso do relato de G, quando a identidade dele foi descoberta, por carregar suas origens, sofre reações de alunos, funcionários, corpo docente. Isso significa que o modo de agir, falar, vestir, o local de moradia, identifica-os. Nesse sentido, os estigmas aparecem e os alunos podem carregar, na avaliação com os outros que mantêm contato, uma identidade deteriorada (GOFFMAN, 2017).

O jovem ao se apresentar à escola emite significados sobre si aos outros, e, também, avalia os outros, pois esses também lhes transmitem significados. Nessas trocas de significados é construído o seu *self*. Nesse sentido, o *self* ao ser criado nas interações não é construído individualmente. O entendimento que tem sobre o mundo é resultado da reação que sofre perante os outros com os quais mantém contato. Ao perceber estas situações na escola, os sujeitos montam os seus palcos de representações, vestindo máscaras que possam encobrir o estigma, as marcações sociais deterioradas (GOFFMAN, 1975; 2017). A representação masculinizada do jovem forte, que não está de brincadeira, entra em cena, de modo que possa abafar a deterioração e alcançar o respeito.

A escola passa a ser então uma esfera social de imenso conflito, de desinteresse e que não transmite para os sujeitos significados de integração, mas de exclusão. A instituição sinaliza um espaço de interações fechado, sistêmico, sem abertura para a heterogeneidade. O interlocutor G denuncia os

espaços de conflitos que não estão concentrados somente na escola, mas em outros espaços da cidade, sendo a escola um reflexo dos conflitos vivenciados externamente a ela. O jovem se sente como “bicho”, com a ideia de que as reações dos outros é de que não sabe se expressar, como se não tivesse percepções sobre as situações que lhe ocorrem ao redor, não sendo visto como alguém que possui gostos, opiniões, posicionamentos, etc.

Por outro ângulo, a escola não é vista somente como um espaço de desinteresse, conflitos e não identidade. Para alguns, é representada como lugar de aprendizado, acesso ao conhecimento, com um significado importante. Porém, as tramas vivenciadas externamente ao ambiente escolar, prejudica o desempenho e frequência dos estudantes. Um exemplo, quando o sujeito C fala da sua passagem pela escola, denunciando a falta de acompanhamento familiar em relação aos seus estudos, a ausência de incentivos, a desorganização das rotinas diárias e a violência doméstica:

C: E eu ia pra escola certinho, eu passava de série e meu pai me espancava. Eu ia pra escola, se empenhava, tipo, se dedicava bastante, queria um serviço, trabalhava com o meu pai dia e noite. Chegava de noite do serviço, trabalhava com ele de jardineiro, pesava no sol quente, do nada, e ele me batia. Isso eu tinha uns 10, 11 ano. Daí eu comecei a enjoar da cara dele, comecei a pegar birra, e ele olhava pra mim na maldade já, tipo, na maldade memo, eu endoidava.

Isso não significa que os ambientes familiares devam ser apreendidos de modo unívoco, como se todos fossem marcados pela violência doméstica e que os interlocutores não tivessem diálogo com os responsáveis. É importante considerar que, embora existam conflitos, há famílias que não aprovam a inserção dos garotos no “crime” e que a participação gera muitos embates. As evidências da falta de acompanhamento familiar denunciam também o trabalho precarizado dos pais ou responsáveis, as altas jornadas de trabalho, os baixos salários, situações as quais levam ao distanciamento e pouco acompanhamento da vida dos filhos. Observe os depoimentos de L e G:

E os pais?

L: Sempre falou que eu não deveria fazer isso. Eu acabei indo. Entrava escondido. [...] Quando a minha mãe começou a desconfiar que eu ficava muito na rua, ficava muito ali no meio

daquele movimento. Daí ela começou a falar um monte pra mim, né. Falava que isso daí não era o caminho, que ela não queria ver eu nessa vida, tal. Daí eu ficava só pensando, né meu. Mas de qualquer jeito, eu acordava e acabava vindo pra rua de novo.

E o que é que chama tanto?

L: [risos]. Ah é que cê vê os cara tudo ganhando dinheiro, parece que é tipo um vício quando você entra. Parece que você não consegue sair.

Você só mora com ela?[com a mãe]

G: Moro com ela. Daí eu ia vender droga, daí eu tinha dinheiro pra comprar minha roupa, tinha dinheiro pra comprar um carro, uma moto. Tinha dinheiro pra ajudar ela a pagar conta, cortasse a água e a luz tinha dinheiro pra pagar. Comprar mantimento pro barraco. Tinha uma condição pra ajudar ela, tipo, que eu num tinha. Por isso que eu se envolvi. Mas mesmo assim minha mãe me batia, falava pra mim que num precisava disso. Até hoje, eu caio preso, vixi, minha mãe fala um monte.

[...]

Você costuma ajudar a sua mãe com as contas em casa?

G: Ah eu ajudo né. Se ela num tem condições de pagar, eu já vou lá e pago. Ela num aceita, mas eu já pego o talão, vou lá e pago. Daí num tem como ela falar, eu pego o talão e pago. Se tá faltando alguma coisa, eu vou lá no mercado e compro. Eu num dou o dinheiro pra ela ir comprar, porque ela num vai pegar o dinheiro.

Por que ela não pega?

G: Ela fala que o dinheiro num é honesto, que o dinheiro num é suado, que o dinheiro é amaldiçoado. Fala essas coisa. Eu já pego, vou lá no armário, tá faltando isso, olho na geladeira, num tem muita coisa na geladeira. Eu já vou lá e faço uma compra. Daí num tem como. A compra chega lá em casa. Ela não fala "ah num quero essa compra, manda embora essa compra". Ela num vai fazer isso. Ela pega e bota pra dentro a compra.

Ajuda em casa?

J: Não. Tipo, já paguei uma luz, tal. Ela veio querer me devolver o dinheiro.

O que a sua avó diz sobre o dinheiro?

J: ela nem pega. Ela fala que dinheiro meu é dinheiro meu. Fala "dinheiro sujo" [risos].

Para os jovens das periferias pobres é comum a pressão social para trabalhar, tendo em vista a contribuição com a renda familiar e, além disso, um meio de conseguir artigos de moda como telefones celulares, vestuários, passeios e entretenimento, etc, de modo que possam se inserir na sociedade por meio do consumo. Para esta comunicação aborda-se as juventudes como inseridas no universo de desigualdades e a relação com a construção do "ser homem" por meio do trabalho, levando em conta que estes aspectos podem se

diferenciar entre jovens de estratos socioeconômicos diferentes. Nas periferias pobres urbanas, o trabalho é a marca de que o “moleque” está se transformando em “homem”, mesmo que não tenha alcançado a maioria demarcada no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por meio desse processo há a construção de planos de auxílio financeiro para casa, compra de alguma coisa que goste, guardar dinheiro para alguma emergência, pagar os estudos ou algum curso.

Para a família e outras instituições, o trabalho é visto como um mecanismo educativo e mediação para a dignidade na vida dos jovens. Não pode ser visto como algo “fácil”, mas que exige dedicação, força e energia. Perante as interações diárias nas esferas sociais que circulam, esse processo não segue as normativas legais, pois trata-se de um processo de “negociação pública” construído na vida cotidiana (LYRA, 2013). É a partir desta “negociação” que a transição para o “ser homem” passa a ser um papel social a ser desempenhado. No entanto, o desempenho desse papel pode variar, levando em conta que o “crime” pode tornar-se um espaço para que a construção desse papel ocorra.

A sociedade contemporânea propaga a ideia de que o indivíduo precisa ser alguém popular e reconhecido, sobretudo na era digital; que consome algum produto, que precisa estar inserido no mercado de trabalho, de ter dinheiro no bolso, se divertir, etc. Os jovens contemporâneos vivenciam o momento de transitoriedade em busca desse “vir a ser”, sendo os interlocutores parte desse processo, pois são jovens. Entretanto, as suas identidades, as suas posições sociais e impressões sobre a realidade são vetadas (DAYRELL, 2003). O problema deste momento de transição é que o foco é mais voltado para o futuro e anulam-se as experiências presentes do jovem como importantes, ouvindo e atendendo as suas expectativas, frustrações, dilemas, etc.

Se o pesquisador olhar para os relatos em busca de linearidade, não conseguiria captar as condições sociais dos sujeitos, nas quais aparecem entraves, ao lançar mão das experiências diárias. Estas experiências são muito “embaralhadas” (PIMENTA, 2014) em razão das cobranças por autonomia e independência ocorrerem desde cedo e assim forçando-os a um processo de maturação precoce.

Em vista disso, ao contrário do “vir a ser” existem as experiências de “proibição de ser” (DAYRELL, 2003). Enquanto em alguns espaços como a

cidade, a escola, a família, etc, existem a ausência de dinheiro, ausência de incentivo às atividades juvenis e escolares ou a presença de violência, abandono e discriminação, o “crime” passa a se ocupar como esfera que transmite sentidos de reconhecimento, oportunidade, segurança e obediência para os sujeitos da pesquisa. E, seguindo este caminho, esta instância passa a ocupar também o significado de trabalho, sobretudo para os garotos participantes do tráfico¹. Ao verificar os depoimentos dos jovens G e L, apreende-se que o “crime” e a “família” tornam-se espaços de tensão uma vez que o dinheiro passa a intermediar estes espaços, resultando em uma disputa de legitimidade (FELTRAN, 2009). A família afirma que o dinheiro é “sujo” e que não é bem-vindo, pois é fruto de atividades que não são moralmente dignas, ao passo que o dinheiro acaba entrando na casa por questões de sobrevivência.

Nesse sentido, são desmanteladas todas significâncias em torno da construção do “ser homem” por meio do trabalho digno construído tradicionalmente, sofrendo conturbações na disputa constante do que é o “certo”. A disputa ocorre pelo fato de os jovens aderirem a regras e códigos de conduta que não estão de acordo com as normativas legais e passam a aceitar estas regras colocando em crise os significados em torno de instituições como a família, escola e as configurações no “mundo do trabalho”. O trabalho não é somente apreendido pelo contexto do mercado formal ou informal, mas as representações em torno do trabalho também aparecem nas dobras entre o legal/ilegal (TELLES, 2010), que ao apreender as percepções dos sujeitos tornam-se questões a serem problematizadas, visto o modo pelo qual constroem essas representações.

¹ Existem sentidos morais entre o que é trabalhar e a vida no tráfico e a vida do roubo. Para os sujeitos da pesquisa, o tráfico é reconhecido como trabalho tendo em vista que seguem escalas de trabalho, possuem a presença de um “patrão” e de um “gerente”, o qual é denominado de “frente”. O pagamento é realizado através de diárias. A ideia de trabalho é construída, portanto, pelo fato do tráfico ser visto como um trabalho cansativo, por ficar exposto ao sol e fugir dos enquadros da polícia. Já o roubo, foi construído de modo diferente pelos sujeitos, e até mesmo, de modo ambíguo: para aqueles que estão no início das atividades do roubo, há a ideia de garantia de “dinheiro fácil”, por não precisar dispensar muito esforço e energia, como no tráfico. Há casos de muitos meninos no tráfico não gostar das tarefas do roubo por existir uma reflexão moral em torno da não concordância com a subtração do que é do outro. Outros garotos, além da participação no tráfico, se inserem em situações de roubos e furtos. Já aqueles que garantiram experiência e que tem se dedicado mais a isso, o roubo é visto como uma atividade difícil por existir todo um planejamento e racionalidade para haver êxito. Sobre estas diferenciações nas dinâmicas dos sujeitos, cf. GUSMÃO (2018).

Até aqui, é perceptível que os sentidos a respeito da inserção e permanência no “crime” estão mais próximos das questões de ganho material e para corresponder aos anseios de provar a masculinidade através da força e proteção. Entretanto, outras questões surgiram para pensar a respeito dessa permanência, pois guardam também sentidos próximos com questões afetivo-carismáticas, de reconhecimento e de sentimentos de aceitação e pertencimento. Os depoimentos de G e C retratam estes aspectos:

Eu falo do acolhimento ali do dono da biqueira. Tipo assim, você recebe elogios ali onde você vende?

C: Ah, lógico que recebe. "Nossa, você tá muito bem, tal". Ele sempre elogia. Por isso que tipo assim, eles incentiva você tá aqui. Eles te incentiva, mas tipo assim, eles te ajuda. Se você tiver precisando de uma casa, eles vai no corre de uma casa. Que nem o meu patrão falou "cê quer uma casa pro cê saí daí" [da casa-abrigo]. Daí ele falou "não, cês quer uma casa, nós vamos arrumar uma casa pro cês, então, pro cês ficar de boa e tal".

O patrão dá uma atenção...

C: Dá uma atenção. Tipo, se eles num te ajudar, é porque cê num anda na linha.

Então, só para eu entender, o abrigo não dá esse tipo de atenção?

C: Dá também. Mas só que, tipo assim, tem que vez que o abrigo é muito chato com nós. Agressivo nas ideia. Eles quer seu bem, mas tipo eles fala na agressividade, joga na cara as coisa, sabe [...].

G: Os cara gosta, né. Os cara, tipo, confia, né. Nós que é menor é como filho pra eles, né, meu. Os cara gosta, né. O bagulho os cara representa, né. Do mesmo jeito que no bagulho nós fecha de verde amarelo, os cara também fecha de verde amarelo. E se eu precisar dá minha vida pelo cara. O cara, não é só porque ele é patrão não, ele também vai dar a vida dele por mim. Os cara fala: "enquanto cê tá aqui, o patrão tá lá de boa". Não é assim não. O bagulho do mesmo jeito que se eu precisa dele, perdi minha arma, perdi tudo que eu tenho, chega nele "aí ô, preciso disso, disso, disso". Na hora ele vai fortalecer arma, vai fortalecer isso, fortalecer aquilo. Ele vai colocar os melhor cara do nosso lado pra tá com nós ali no bagulho louco. Os cara também fortalece. Os cara fala que nós é aviãozinho, que nós é isso, rapaiz. Nós é união. O bagulho é uma corrente. O bagulho um leva outro. Do mesmo jeito que eu tenho que pagar ele, que eu tenho que pagar o frente, o frente tem que pagar o patrão. Do mesmo jeito que o frente tem que pagar o patrão, o patrão tem que pagar o patrão que ele deve. [...] Abre uma corrente, né. União.

A: Eu acho que eles me deram um cargo assim maior porque eu era um cara inteligente, né. Um cara que sabe jogar. Isso é um jogo e você tem que saber jogar. Se você não souber jogar, você roda. Saber jogar. Você perde tudo.

O sujeito C vivia sob a violência doméstica, não recebia incentivo, atenção, sendo retirado do ambiente familiar e transferido para uma casa-abrigo. Diante de seus dramas se insere no “crime”. Nesta inserção e de acordo com as suas experiências, adquire a necessidade de autonomia e independência, não tendo mais paciência de permanecer na casa-abrigo. Ao contrário da agressividade que vivia em tal instituição, avalia a atitude atenciosa do patrão que lhe oferece auxílio para encontrar uma casa para alugar, situação a qual transmite ao jovem confiança, proteção e segurança.

Diante destes relatos, as tensões entre a esfera familiar, escolar e dos significados em torno do trabalho se tornam mais evidentes. Os parceiros passam a ocupar os significados de família cujo destaque dado pelo interlocutor é o fato de ser visto como filho. O sujeito G avalia o grupo no qual participa como um núcleo e enfatiza a interdependência deste grupo com um mercado maior, transmitindo a ideia de união, para que as atividades se mantenham em grande conexão e coesão.

No entanto, sabe-se que essas vivências de união e harmonia é aparente, pois há hierarquias dentro dos grupos a serem respeitadas, sobretudo em torno do “patrão”. Mas, não é somente porque é o “patrão”, dono da “biqueira”, que deve ser respeitado. O respeito se completa com o fato de que o “patrão” representa, é um modelo de comportamento a ser seguido, o qual sempre ressalta e reforça os sentidos de união do grupo, o “fortalecimento” e o contrato (não escrito) de “fechar” com os caras “certos”, transmitindo sentidos de confiança. Caso o contrário, quando estas estruturas são questionadas ou não há aceitação de alguma regra, há a presença de conflito e as dinâmicas tornam-se instáveis.

Uma palavra muito comum nestes depoimentos foi o “incentivo”, ou seja, quando na família ou na escola não existe o incentivo ou o elogio, no “crime” esta ação é operada. Os garotos se sentem importantes, “inteligentes”, alguém reconhece as suas habilidades de raciocínio, de cálculo, de argumentação diante de um fato.

É por intermédio das avaliações dos jovens acerca de suas interações nas esferas sociais que circulam, que paralelamente inicia-se o processo de interiorização das regras e condutas do mercado criminal. Em outras palavras, os incentivos, as atenções recebidas nestes grupos, por vezes, foram ignorados em outros espaços de interações como a família, a escola e as experiências com o mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta comunicação foi discutir as condições sociais dos jovens privados de liberdade, tendo como base as interações sociais vivenciadas por eles fora da instituição socioeducativa.

Através das vozes destes jovens, revelaram-se os problemas da segregação e segmentação do espaço urbano, ou seja, a dificuldade de acessar a cidade, de equipamentos públicos, sobretudo a escola pública de qualidade; a precarização do trabalho dos responsáveis, sendo o pouco tempo dedicado com as crianças, adolescentes e jovens. A presença da cultura machista e patriarcal que reproduz a violência doméstica, interferindo no processo de desenvolvimento das crianças.

Nesta breve apresentação, portanto, buscou-se contribuir com pesquisas empíricas que estão em andamento, em diversas áreas do conhecimento, que tenham como interlocutores os jovens privados de liberdade ou jovens em situação de risco. Em razão da faixa etária dos participantes da pesquisa, compreende-se a importância de inseri-los nas discussões que permeiam as juventudes, visto que os jovens pesquisados vivem angústias, pressões sociais, expectativas, que podem ser debatidas por meio desta categoria analítica.

Seguindo essa linha, é de extrema importância também, relacionar a categoria juventudes e as intersecções com as discussões de gênero, etnia/raça, classe/estrato social, território de moradia, etc, verificando quais são as posições dos jovens frente à realidade, as avaliações, as expectativas e os dilemas deles. Como campo de análise, esta realidade pode ser apreendida como a realidade do próprio jovem, como ele a significa e a vivencia, e, assim, estabelecendo relações mais amplas que envolvem as estruturas político-econômicas cujo

resultado são as desigualdades, sendo os jovens em questão inseridos nestas contradições.

Um último tópico importante a destacar é o papel e posição do pesquisador frente ao sujeito: escute-o, deixe-o contar a história dele, como é a dinâmica da vida dele, como avalia o que acontece ao redor dele. Nessa lógica, embora os interlocutores estejam em “conflito com a lei” diante do olhar de quem avalia: os gestores, pesquisadores, educadores, etc., para o processo de pesquisa, esse olhar pode interferir na busca e apreensão de significados, contextos e dinâmicas importantes. Conforme retratado na pesquisa, os jovens vivenciam uma outra dinâmica, com outras regras, importantíssimas serem apreendidas de maneira que se possa compreender o modo pelo qual eles interiorizam e legitimam estas regras, as quais se distanciam das normativas legais, das leis estatais, etc. Assim, o pesquisador conseguirá imergir na realidade daquele que pesquisa, que deseja descobrir algo, como funciona o raciocínio e as perspectivas do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECKER, Howard. **Outsiders**. Rio de Janeiro : Zahar, 2008.

BLUMER, Hebert. A natureza do interacionismo simbólico. In: Mortensen, Charles (org.) **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 118-138.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out /Nov /Dez 2003 nº 24. p. 40-52.

FELTRAN, Gabriel Santis. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. **Dilemas**– Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro (UFRJ). v.1, n.1, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GUSMÃO, Franceline P. **Para além da “fala do crime”**: interações sociais e disputas de legitimidade vivenciadas por jovens “envolvidos” no “mundo do crime”, em

Londrina-PR. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

IBGE – Dados população Londrina – 2010. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/2P8>.

KAZTMAN, RUBEN. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de La Cepal**, n. 75. Dezembro, 2001.

KIMMEL, Michel. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Acesso em: julho de 2017.

LYRA, D. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n.1, p. 53-84, jan./jun. 2004).

MISSE, Michel. Sujeição Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de Lima *et al.* **Crime, Polícia e Justiça e no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

PANTA, Mariana. Segregação geográfica, desigualdades raciais e migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980). In: **Território e segregação urbana: o lugar da população negra na cidade**. SILVA, Maria Nilza; PANTA, Maria (orgs.). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e violência. In: LIMA, Renato Sérgio de Lima *et al.* **Crime, Polícia e Justiça e no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Maria Nilza. Alguns aspectos das trajetórias dos negros na região metropolitana de Londrina. In: **Território e segregação urbana: o lugar da população negra na cidade**. SILVA, Maria Nilza; PANTA, Maria (orgs.). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

TELLES, Vera Lucia. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Vol. 2 - no 5-6 - JUL/AGO/SET-OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 97-126.

THOMAS, Willian I. O problema da personalidade no ambiente urbano. **Plural; Sociologia**, Usp, São Paulo, 8: 145-156, 2º sem., 2001.